

Patrimônio cultural, conhecimentos tradicionais e educação indígena

Resumo da Proposta:

O projeto “Patrimônio Cultural, Conhecimentos Tradicionais e Educação Indígena” objetiva o desenvolvimento de reflexões e ações voltadas para a valorização e divulgação do patrimônio cultural indígena, no âmbito da educação básica, privilegiando uma abordagem interdisciplinar. Para tanto, dialogará com os atores que vêm trabalhando a questão no âmbito acadêmico, no âmbito dos museus indígenas e das organizações indigenistas e indígenas. O patrimônio cultural indígena tem recebido um reconhecimento no âmbito da educação escolar principalmente a partir da lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, considerando sua grande riqueza e contribuição para a compreensão da diversidade da cultura brasileira. Tal legislação está propiciando a demanda dos professores da educação básica por esses conhecimentos. Contudo, ainda é praticamente inexistente a formação inicial e continuada nessas temáticas. Propomos a realização de um curso de extensão, que totalizará 30 horas de duração: “Oferecendo subsídios para o ensino da história e cultura indígena na escola”, organizado pela coordenadora do projeto em conjunto com uma professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e colaboradores voluntários. Também propomos a elaboração de um livro didático para professores, que sirva como subsídio ao ensino da temática indígena na escola. Propomos ainda o levantamento, sistematização e análise de experiências e iniciativas no país, voltadas para a implementação da Lei 11.645. Pretende-se que os resultados dos levantamentos e pesquisas sejam divulgados no site do Laboep, o que contribuirá como ferramenta de informações e subsídios didáticos para professores, assim como para pesquisadores.

Palavras-Chave:

Patrimônio cultural, povos indígenas, ensino da temática indígena, cultura e história indígenas

Justificativa

O projeto “Patrimônio Cultural, Conhecimentos Tradicionais e Educação Indígena” aborda temáticas que vêm mobilizando pesquisadores, museólogos e membros de organizações indigenistas e indígenas no sentido de demandar a proteção e valorização do patrimônio cultural indígena. Nossa preocupação está voltada a oferecer subsídios com vistas a qualificar a abordagem da temática indígena nas propostas pedagógicas e curriculares, visando a contribuir para a implementação da Lei 11.645/2008.

Em 2008, com a sanção da Lei 11.645 pelo Presidente da República, a LDBEN é alterada, tornando-se obrigatória a inclusão das temáticas das Culturas e História dos Povos Indígenas nos currículos de todas as escolas brasileiras. A implementação desse novo dispositivo legal torna prioritária a formação de professores para o tratamento qualificado dessas temáticas, reconhecendo e superando concepções discriminatórias presentes no senso comum a respeito dos povos indígenas, das diferenças culturais e das relações interétnicas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações. Portanto, o tema reclama um aprofundamento teórico nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Nesse sentido, este projeto propõe uma série de ações destinadas a professores da rede pública ou privada do ensino básico e também a estudantes de licenciatura e de pedagogia que estão em processo de formação.

A expectativa de incorporar um bolsista ao projeto será fundamental para a implementação de todas as atividades planejadas e para complementar o trabalho iniciado no ano de 2011.

Fundamentação Teórica

Desde o início dos anos 2000, aparecem no país propostas de trabalho mais formalizadas no âmbito das relações entre o conhecimento e a preservação do Patrimônio Cultural, a formação de professores e a ação educativa em museus e escolas.

Esses projetos e experiências documentadas caçam-se, no mais das vezes, em textos teóricos da antropologia e da história cultural (AUGÉ, BOURDIEU, HALBWACHS, POLLAK, THOMPSON). Nestas análises, as mais contemporâneas, observa-se um alargamento significativo da idéia de patrimônio nas perspectivas cronológica, topológica, conceitual e categorial. O entendimento do que vale guardar para transmitir pressupõe assim o conhecimento do campo de disputas materiais e simbólicas dentro do qual se constroem socialmente sentidos de herança, identidade e o uso político do passado. Os debates atuais, internacionais e nacionais, sobre patrimônio cultural imaterial vêm estimulando a participação de diferentes segmentos sociais na busca de uma recomposição identitária e de um reconhecimento memorial.

Importa sublinhar, no recorte deste projeto, as reflexões em torno da memória social, muito especialmente aquelas desenvolvidas pela escola sociológica francesa – M. HALBWACHS e R. BASTIDE, e por estudos mais recentes como os de M. POLLAK, G. CIARCIA, M. BLOCH, A. SAYAD. Do mesmo modo, as pesquisas que examinam os critérios e valores em jogo nos processos de patrimonialização, construção narrativa e expositiva de coleções e suas articulações com o trabalho educativo, como os de J. CLIFFORD ; N. HEINICH, T. BONNOT, N.SALAZAR; J. BONDAZ; J.R.FORTE; J-L. TORNATORE.

É importante assinalar que a partir de 2000 a discussão em torno da Educação Patrimonial vem se desenhando de forma mais sistemática no país e o Laboratório de Educação Patrimonial da FEUFF (LABOEP), no qual me insiro como professora-pesquisadora, foi um dos primeiros espaços acadêmicos a desenvolver estudos e pesquisas nessa direção, realizando a partir de 2007, encontros e cursos, sob a coordenação da Professora Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto, em parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura (Convênio UFF/IPHAN 2007/2009), que se tornaram referência na formação de professores e técnicos de instituições culturais no estado do Rio de Janeiro.

O tema específico do projeto aqui proposto, sob minha coordenação, vem mobilizando pesquisadores, museólogos e membros de organizações indigenistas e indígenas no sentido de demandar a proteção e valorização desse patrimônio. A partir da Constituição de 1988, o Estado brasileiro implementou uma série de políticas e ações voltadas para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural presente no seu território. A diversidade cultural, como tema transversal, e idéias afins de “pluralidade”, “patrimônio cultural”, “identidade nacional”, “cultura brasileira”, “heranças africanas e indígenas” são sublinhadas com insistência nos Parâmetros Curriculares Nacionais. No que diz respeito às culturas e conhecimentos dos povos indígenas, têm recebido um reconhecimento nas políticas educativas principalmente a partir da lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas públicas do país, considerando sua grande riqueza e contribuição para a compreensão da diversidade da cultura brasileira. Tal legislação está propiciando a demanda por esses conhecimentos. Portanto, o tema reclama um aprofundamento teórico e a construção de um espaço para troca de experiências.

Objetivos

O projeto tem como objetivos:

1. Discutir os usos dos conhecimentos indígenas, principalmente no âmbito escolar, problematizando as políticas públicas voltadas para sua valorização e divulgação.
2. Estimular uma formação inicial e continuada sensível às discussões sobre patrimônio cultural indígena, conhecimentos tradicionais e suas possibilidades educativas.
3. Ampliar e consolidar relações com museus e organizações indígenas dedicadas à preservação, valorização e divulgação do patrimônio cultural indígena.
4. Realizar um curso de extensão intitulado “Oferecendo subsídios para o ensino da história e cultura indígena na escola”, destinado a professores em exercício na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e alunos de pedagogia.
5. Levantar e sistematizar iniciativas, ações e programas existentes que promovem a divulgação do patrimônio cultural material e imaterial indígena no país.
6. Levantar livros, vídeos e diversos recursos didáticos voltados para o professor. E reunir esse material e divulgá-lo no site do Laboep.

7. Contribuir, através destes trabalhos, nos cursos de formação de professores e nos debates contemporâneos sobre Patrimônio Cultural, Conhecimentos Tradicionais e Educação, subsidiando políticas públicas de Cultura e programas de Educação Patrimonial no país.
8. Promover a formação do aluno bolsista participante do projeto.

Metodologia e Avaliação

O projeto procura dialogar com redes ampliadas de professores e alunos, da educação infantil, ensino fundamental, médio e superior, com técnicos de instituições culturais e com membros de organizações indigenistas e indígenas interessados em Educação Patrimonial e Povos Indígenas. Para tanto lançará mão de dispositivos de comunicação virtual e de curso presencial.

O projeto será realizado através das seguintes atividades:

1. Reuniões semanais entre a coordenadora do projeto e o bolsista para planejamento e avaliação processual dos trabalhos.
2. Reuniões quinzenais com a professora Kelly Cristina Russo de Souza, professora da Universidade Estadual de Rio de Janeiro, parceira deste projeto, para discussão e avaliação dos resultados parciais das atividades planejadas.
3. Reuniões trimestrais com a professora Rosana da Câmara Teixeira para discussão e avaliação dos resultados parciais dos dois projetos.
4. Atualização do site Laboep, reunindo e divulgando informações e subsídios didáticos sobre os temas do projeto, o que será feito com o apoio do bolsista escolhido e dos alunos participantes voluntários.
5. Reuniões da equipe de execução para preparação do curso de extensão.
6. Preparação dos meios e das redes de divulgação; divulgação por meio eletrônico e por cartazes.
7. Realização do curso de extensão “Oferecendo subsídios para o ensino da história e cultura indígena na escola”, que se realizará nos meses de abril e maio, na Faculdade de Educação, totalizando 30 horas de duração.
8. Produção, distribuição e exame de fichas de avaliação sobre o curso de extensão.
9. Produção de CD e cartilha, com a colaboração do bolsista e de alunos voluntários, para ser entregue como material teórico e didático para os participantes do curso.
10. Construção de uma rede entre as instituições e organizações envolvidas com a questão do patrimônio cultural indígena, de modo a compartilhar experiências e estabelecer discussões sobre a temática.
11. Produção do Relatório final do projeto.